

Liderança Comunitária - Trabalho e Empoderamento

Neuzeli Maria de Almeida Pinto

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a liderança comunitária e as possibilidades do desenvolvimento do trabalho produtivo e o empoderamento das mulheres. Buscando compreender a vulnerabilidade, desigualdades, preconceito como obstáculos a serem superados pelas mulheres da comunidade, além de verificar o empoderamento constituído nas atividades do trabalho, no âmbito familiar e sua atuação nas comunidades. Participam da pesquisa 14 mulheres trabalhadoras da cooperativa COOPVILA de fabricação de móveis de madeira reciclável. No que se refere à metodologia utilizada, os resultados finais dos aspectos pesquisados puderam ser obtidos através do diário de campo (DC), do inventário sociodemográfico (ISD), da entrevista semiestrutura (ESE). As intervenções com ações junto à comunidade através de oficinas e palestras foram adotados como estratégia multimetodológica, que articulou dados de natureza quantitativa, capaz de observar o desenvolvimento humano a partir do seu contexto. Pôde-se analisar na comunidade uma veemente interação entre as mulheres principalmente, o que, através das redes de apoio social, colabora diretamente para que haja um desenvolvimento das atividades remuneradas exercidas pelas mulheres, o que é analisado como uma das principais contribuições para o seu processo de empoderamento. Por outro lado, observou-se grandes obstáculos no desenvolvimento do trabalho, em que estão presentes o preconceito e a vulnerabilidade. Desse modo, pôde-se concluir o processo da atividade de trabalho produtivo desenvolvido por essas mulheres, as quais possuem um forte sentimento de empoderamento e são detentoras dos maiores processos político e econômicos da comunidade envolvido com lutas e desafios.

Palavras-chave: Mulheres. Gênero. Trabalho. Empoderamento.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscou analisar a liderança comunitária e as possibilidades do desenvolvimento do trabalho produtivo e o empoderamento das mulheres, as redes de relações mantidas pelas mulheres como fator que possibilita o desenvolvimento do trabalho. Por outro lado, compreender a vulnerabilidade, desigualdades, preconceito como obstáculos a serem superados pelas mulheres da comunidade da Vila Maranhão, localizada em São Luís, a capital do Maranhão, está localizada em uma grande ilha, na região Nordeste do Brasil. A região metropolitana da cidade é populosa, com um milhão e cinquenta e três mil habitantes. A cidade tem crescido de maneira desordenada, muitas vezes interligada por pontes e estradas de difícil acesso. Na mesma ilha onde está localizada a capital São Luís, pode-se encontrar também as cidades de São José de

Ribamar, Raposa e Paço de Lumiar. Muitas escolas enfrentam dificuldades com quadro de professores e evasão dos alunos antes da conclusão do Ensino Médio. Conseqüentemente a inserção das mulheres no mercado formal de trabalho, no ensino e o próprio papel que ela desempenha no âmbito doméstico são comprometidos, já que essas mulheres encontram-se em situação de vulnerabilidade nas suas relações e na sua grande maioria sofrem discriminação em todos esses contextos que estão inseridas.

As mulheres da Comunidade de Vila Maranhão têm uma participação ativa no processo político e econômico das comunidades. Portanto, A presente pesquisa visa identificar também como as mulheres se organizam nos contextos em que elas atuam a fim de estruturar as relações de trabalho, as relações familiares e as relações nas associações.

A constituição do empoderamento das lideranças comunitárias depende de diversos fatores, um desses fatores esta estritamente relacionada com a rede de apoio que as mulheres fazem parte. Segundo Sluzki (2003) a rede de apoio pode ser entendida como a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como importante compreendida também como um círculo social constituído por traços de afinidade, formando uma espécie de teia que une as pessoas. Essa rede pode ser modificada com o tempo e com as mudanças ocorridas na vida das pessoas. (SLUZKI, 2003).

Entre diversas funções da Rede de Apoio Social proposta por Sluzki (2003) torna-se pertinente para esse trabalho à relação de *ajuda material, de serviços e acesso a novos contatos*, pois é essa função que contribui para a execução das atividades de trabalho que as mulheres exercem em vários contextos e para a questão do empoderamento. A ajuda material e de serviços permite que as mulheres integrem diversos ambientes; trabalho, associações e etc., Pesquisas apontam em direção à produção de soluções conciliatórias entre o trabalho da mulher e a vida familiar, tanto no âmbito das práticas quanto das representações. Ou seja, arranjos familiares estão sendo construídos a partir da constituição de redes sociais familiares e não familiares para a criação dos filhos, bem como novos significados sobre família, mulher e homem estão sendo produzidos, convivendo e sendo negociados com os significados mais tradicionais (VELHO 2001; SORJ & GOLDEMBERG, 2001).

O trabalho remunerado das mulheres, com a finalidade de proporcionar a sua emancipação econômica, faz surgir no seio da família à necessidade de esforços suplementares por parte de outros membros ou por parentes e vizinhos. A condição

social e o modo de sobrevivência ativam uma rede de apoio. Compreender a relação entre modo de sobrevivência e rede apoio desenvolvida implica entender mecanismos relacionais de caráter sociocultural.

Em função da participação ativa das mulheres nas atividades domésticas, no processo do trabalho renumerado e em movimentos comunitários, procurar-se-á identificar como as relações de gênero se constituem e são organizadas para fins de estruturação das relações familiares, a execução das atividades e o papel das mulheres no sistema comunitário como todo, assim como se estrutura o seu empoderamento nestas relações. Supõe-se que esses fatores integram entre si relações e constituem desafios os quais se concretizam no cotidiano. Ou seja, os movimentos de suas (das mulheres) relações no interior da família, e na comunidade mais geral em que participa.

Deste modo podemos dizer que essa rede contribui para o empoderamento dessas mulheres, no que tange a questão econômica e que de certa forma a rede lhes proporciona uma autonomia econômica e maior participação política. Nesse sentido podemos perceber a relação de poder que é visto em todas as relações sociais, econômicas e pessoais.

2. REFERENCIAL TEORICO

2.1. EMPODERAMENTO DA MULHER: O trabalho e as redes de apoio nos diversos contextos.

Durante o processo de formação social do dito papel da mulher na sociedade, estas foram sendo enquadrada dentro de processos históricos determinados pelo homem. Alguns(mas) teóricos(as) entendem o gênero como sendo, em qualquer momento histórico e área geográfica, baseado num sistema hierárquico, presidindo as relações entre homens e mulheres, inseridos desigualmente na estrutura de poder. O que precisa ficar patente é que o poder pode ser democraticamente partilhado, gerando liberdade e igualdade, como também pode ser exercido discricionariamente, criando desigualdades. (SAFFIOTI, 2009, p. 17 e 18).

Nesse sentido, para compreender as relações desiguais de poder, o engessamento dos direitos das mulheres e a exclusão de sua participação na tomada de decisões é preciso voltar a análise para o âmbito do público e do privado. Quando a organização das relações na vida privada constitui barreiras à participação paritária de mulheres e homens na vida pública, fica reduzida a possibilidade de que as questões que se definem como relevantes a partir de experiências das mulheres na vida doméstica,

ganhem visibilidade nas agendas e debates públicos (MIGUEL, 2014).

O problema existente na dualidade das esferas pública e privada, corresponde ao isolamento da mulher no âmbito privado. A desvalorização do trabalho doméstico, por exemplo, requer uma análise cuidadosa. Ela está relacionada a divisão sexual do trabalho e a arranjos familiares convencionais. Por outro lado, é esse trabalho que permite que o homem seja liberado para atender as exigências profissionais que lhe permitem maior remuneração e a construção de uma carreira (MIGUEL, 2014).

Empoderamento tem múltiplos significados relacionados a poder, participação, capacidade, autonomia, escolha e liberdade. Sendo assim, é preciso compreender como os empoderamento, pois tratar-se de mais de um processo de relação de poder, no que tange as múltiplas relações de exclusão ao qual as mulheres foram inseridas. Segundo Eyben (2013) três processos de empoderamento precisam existir para fomentar a equidade de gênero. Sendo estes, o empoderamento social, que diz respeito às mudanças na sociedade, de sorte que a posição ocupada pelas mulheres seja respeitada e reconhecida nos termos que elas desejarem, não naqueles ditados por outros. Valorizar e respeitar as mulheres é vital, para que elas possam participar na política, demandar um pagamento justo por seu trabalho e ter acesso a serviços públicos tais como saúde e educação.

Já no que diz respeito ao empoderamento econômico, esse tem a ver com a capacidade das mulheres de contribuir para as (e se beneficiar das) atividades econômicas em termos que reconheçam o valor da sua contribuição, respeitem sua dignidade e tornem possível para elas negociar uma distribuição justa dos retornos. Por fim o empoderamento político se refere a equidade na representação, em instituições políticas e a voz destacada dos que têm menos voz, de sorte que as mulheres possam participar das tomadas de decisão que afetarão suas vidas e as vidas de outras pessoas semelhantes a elas. Elas devem poder falar sobre bem como falar por elas próprias, conquistando o direito de se engajarem no processo democrático.

Podemos falar de autonomia das mulheres e empoderamento a partir de três planos: Autonomia simbólica- cultural, que expressa o reconhecimento das suas atividades exercidas, autonomia política envolvendo o princípio representativo e autonomia econômica e material. O reconhecimento do trabalho das mulheres e a participação política conquistada pelas mesmas é um processo em andamento.

Juntamente a todos esses movimentos sociais das mulheres rurais podemos destacar também a Marcha das Margaridas como forma de participação política, o

empoderamento feminino e a articulação em rede desse movimento social. Que se caracteriza por ser multiforme, pluritemático e interorganizacional. Portanto, é uma rede de movimento definida por práticas políticas que enlaçam os três níveis articulatórios do movimento em rede como também os três componentes da construção política, de acordo com Scherer-Warren (2006). O empoderamento das mulheres ocorre no nível intrapessoal e comunitário.

Nesse processo de luta e reconhecimento, o empoderamento é um quesito fundamental, o empoderamento é compreendido como a capacidade que um grupo ou uma pessoa tem de decidir sobre questões que são de seus interesses, tal conceito vem sendo empregado em vários âmbitos como movimento feminista, movimento de mulheres, movimento de mulheres rurais e no âmbito das políticas públicas que visam maior equidade de gênero. (Gohn, 2004).

Toda a luta pela igualdade de gênero seja nos contextos urbanos ou rurais salienta-se a importância das interações que as lideranças comunitárias mantêm e integram e que resultam nas relações da rede de apoio, constituindo sempre desafios que se concretizam no cotidiano das famílias da comunidade. Processos como o trabalho e as relações sociais de parentesco ou mesmo aquelas exercidas na comunidade, fornecem as mulheres condições para manejar a força de trabalho para fora da esfera privada, proporcionando modificações nas relações sociais, culturais, políticas e financeiras que essa mulher passar a exercer na família, no trabalho e na comunidade, fomentando assim processos de empoderamento.

2.2. A vulnerabilidade e Poder

As situações que colocam a mulher em situação de vulnerabilidade costumam resultar da relação hierárquica estabelecida entre os sexos, comentada acima, e naturalizada ao longo do percurso histórico, em razão da divisão dos papéis que são instituídos socialmente aos diferentes gêneros.

Por essa razão, enquanto aos homens costumam ser atribuídas qualidades referentes ao espaço público, à agressividade, as mulheres são representação do “sexo frágil”, às quais convém traços de afeição e sensibilidade. Nessa contraposição, desde a infância delinea-se uma sociedade que trata uma mulher na situação de passividade e, portanto, vulnerabilidade.

Assim, no sentido de dominado e dominante, a mulher aceita seu papel imposto socialmente – construído e arraigado durante toda sua trajetória – ao passo que os

homens recorrem ao que Bourdieu chamada de violência simbólica, para materializar seus desejos e vontades, perpassando vários eixos de violência a seguir.

Normalmente uma mulher vítima de violência doméstica possui comumente uma origem identitária que é fruto de um padrão familiar que não questiona autoridades masculinas, mas se submete a essas.

Conquanto observemos atualmente a emergência de profundas transformações na dinâmica familiar, é comum que prevaleça um modelo familiar tradicional, que se caracteriza pela autoridade paterna em detrimento da submissão do restante da família – mulher e filhos.

Há uma grande disparidade nas relações sociais de gênero, influenciando maciçamente para que a violência contra a mulher se perpetue, e difunda-se nas mais variadas sociedades culturas e classes. À vista disso, a violência não leva em consideração idade, cor, *status* econômico, ou nível educacional, mas normalmente limita-se ao gênero, considerando que a opressão e a agressão continuamente se expandem em redor da mulher, em variadas situações, fazendo vítimas devido ao fato excluído de serem do sexo feminino. (Ferreira et al., 2016, p 58).

Ainda na abordagem de violência, não é somente de forma simbólica que essa se desenvolve; em casos de maior agravante, se faz de modo psicológico, sexual, obstétrico, patrimonial, moral e até mesmo físico. Embora possa ser realizada numa variedade de situações e ambientes – às vezes até pelas instituições estatais – é inaceitável, e mais comum do que se acredita, dentro dos ambientes domésticos, sendo cometidas principalmente pelos companheiros, maridos, pais e irmãos, pessoas essas das quais se costumava esperar apoio.

Ao falar das relações de poder e gênero, associa-se prontamente ao conceito cunhado pelo sociólogo Pierre Bourdieu. O autor assinala que qualquer sociedade se organiza numa base hierárquica, em uma relação de dominador e dominado, a partir do que o Bourdieu chama de poder simbólico, que se trata de um poder tênue, ou mesmo invisível, oculto nas entrelinhas e que se fundamenta no predomínio de valores e condutas arbitrárias, em que os ditos sistemas simbólicos se constituem – tal como arte, literatura, religião, ciência. (BOURDIEU, 2005)

No caso, ao tratar de uma sociedade explicitamente construída à dominação pelos homens, nota-se que a construção da identidade feminina se pauta nos discursos masculinos, interiorizados e reproduzindo pelas próprias mulheres, mantendo-as assim

subjugadas pelo domínio patriarcal sem aperceber-se disso, o que se poderia chamar de violência simbólica – que por ser invisível, seria a propulsora de danos sutis à mulher, mas que se tornam piores de lidar ao passo que o dominado não sabe de sua condição e se torna cúmplice de sua própria sujeição.

Ao colocar em análise as relações de poder entre os gêneros, um dos reflexos ocorre diretamente relacionados à inserção da mulher no mercado de trabalho, o que – apesar de representar uma grande conquista – acarreta uma série de responsabilidades, pois ao passo que expande seu leque de oportunidades para a remuneração, ainda sustenta um repertório tradicional de execuções, ligadas ao cuidado com as tarefas domésticas, o zelo pelo lar e pelos filhos, à medida que – mesmo que as funções da família sejam executadas por outras pessoas – a mulher acaba sendo detentora da efetuação da maior parte dos trabalhos domésticos.

“O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, 1989, p.7)

Estes danos se manifestam nas oportunidades de inserção da mulher no mercado de trabalho, que se apresentam sendo geralmente inferior à condição masculina, posto que a esta são oferecidos salários reduzidos, em trabalhos com pouca qualificação.

Quanto às mulheres de classes populares, há ainda maior fragilidade ao adentrar essas questões, à medida que não é responsabilizada somente pelo trabalho remunerado, mas cabe a esta também a execução das tarefas domésticas e a educação de filhos.

Assim, enquanto os maridos trabalham em outros setores e trabalhos externos, as mulheres trabalham em atividades não consideradas rentáveis, principalmente quando se nota que esses trabalhos são realizados às vezes nas próprias casas, nos quintais das famílias. Portanto, mantem-se a mesma condição de homem enquanto “chefe” da família, considerando a posição dele de mantenedor financeiro da casa.

Nessa perspectiva, é perceptível a autonomia de mulheres que exercem o trabalho remunerado, haja vista que – segundo elas mesmas – isso transmite maior poder de decisão. Assim, a remuneração reduziria os processos de silenciamento e violência simbólica vivenciados por essas mulheres. No entanto, para que essas realizem atividades tantos espaços – incluindo as atividades de trabalho remunerado, que contribui diretamente para esse sentimento de autonomia – é necessário que haja essa rede, que proporciona maior conforto diante de situações de dificuldade. Assim sendo, o estudo deseja compreender esse sentimento que norteia o protagonismo dessas

mulheres em tantos espaços, incluindo a visão de identidade relacionada ao processo de efetivação das atividades desenvolvidas por essas, o que se irá chamar de empoderamento.

Desse modo, as relações de apoio têm um potencial para despertar empoderamento, e um pensamento crítico em relação à realidade vivida, gerando um sentimento de pertencimento nas construções de capacidade social, tanto em nível individual – referindo-se às habilidades pessoais de conhecimento – quanto no nível grupal.

3. METODOLOGIA

Para a construção do objeto de estudo utilizaremos os pressupostos teóricos de Bourdieu (1989) e Gaston Bachelard para refletir sobre a questão da teoria e metodologia e os respectivos obstáculos epistemológicos que o pesquisador enfrenta ao longo do trabalho científico. Segundo Bachelard o conhecimento é constituído a partir de quebras epistemológicas. Os obstáculos epistemológicos são visto pelo autor como costumes intelectuais enraizados do conhecimento impossibilitando a construção de novos saberes.

A aprendizagem de um novo conhecimento só é concebida a partir de uma desconstrução do conhecimento anterior e isso só pode ser possível com a superação dos obstáculos epistemológicos, somente ao ultrapassa-los o conhecimento progride, deve-se superar a primeira experiência, generalização, e primeiros conhecimentos gerais, retirando assim as noções cotidianas e refletindo sobre o conhecimento já construído.

Bourdieu (1989) no seu artigo: Introdução a uma sociologia reflexiva enfatizada a preocupação do autor com o ofício do pesquisador e da construção de uma sociologia reflexiva, nele é apresentado diversas preocupações metodológicas mostrando que a pesquisa é um ato racional, relacional e que não se constitui em uma busca mítica, a postura do autor é uma postura realista diante da pesquisa na qual os investimentos terão rendimentos máximos com o melhor aproveitamento dos recursos a começar pelo tempo de que se dispõe.

3.1 Participantes

Participam da pesquisa 14 mulheres trabalhadoras da comunidade da Vila Maranhão na Região Metropolitana de São Luís/MA que trabalham na Cooperativa de

Trabalho Coleta e Recuperação de Resíduos da Vila Maranhão (COOPVILA). As mulheres trabalham no reaproveitamento de resíduos sólidos como a sua principal fonte de renda.

3.2 Ambiente: comunidades

3.2.1 Região Metropolitana de São Luís/MA - Comunidade Vila Maranhão (COOPVILA)

A Vila Maranhão se localiza na porção oeste da ilha do Maranhão, no município de São Luís, distante cerca de 22 quilômetros do centro da cidade e cerca de 14 quilômetros do perímetro urbano. Esta comunidade a partir do final da década de 1970 começou a ser cercada por grandes plantas industriais, primeiramente a Empresa de Alumínios do Maranhão (ALUMAR, do grupo da transnacional ALCOA), no extremo oeste da ilha e depois a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) maior exportadora mundial de minério de ferro, através do sistema da Estrada de Ferro Carajás – Porto do Itaqui, localizado a nordeste da Vila Maranhão. As características agrárias da Vila Maranhão são refletidas pelas atividades de subsistência agropecuária, pesca de subsistência nos manguezais, que alimentam a população local, através da coleta de caranguejos, sururus e da pesca artesanal ao redor dos ainda relativamente bem conservados manguezais da região. Observamos que os manguezais que alimentam a população vêm sendo pressionados pela expansão dos portos de exportação de minérios e sua sustentabilidade passa a sofrer ameaças.

3.2.2 Instrumentos

As reflexões e os instrumentos adotados foram utilizados levando em consideração a realidade ecologia e social encontrada na Baixada Ocidental Maranhense, uma região onde existe a presença muito forte de atividade rural e agricultura familiar. Os instrumentos metodológicos adotados que irão dar base à pesquisa são o diário de campo (DC), entrevista semiestruturada (ESE) que foi construída para aplicação (em Anexo), e a Observação Participante.

Como instrumento metodológico desta pesquisa o DC será utilizado com a finalidade de obter e registrar aspectos sociais referentes à rede de apoio social, trabalho e empoderamento, registrando os dados recolhidos em campo que serão posteriormente interpretados.

Outra técnica utilizada será a entrevista semi-estruturada (ESE). Bogdan e Biklen (1994) definem uma entrevista como uma conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, dirigida por uma destas, com o objetivo de obter informações sobre a

outra. Nas investigações qualitativas, as entrevistas surgem, segundo Burgess (1984), com um formato próprio. Em todas as situações, a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo.

O estudo da atuação das mulheres sob a perspectiva sistêmica requer metodologias capazes de captar a dinâmica das relações estabelecidas entre os diversos subsistemas que compõem os contextos nos quais estão inseridas, dada à complexidade deste grupo. Dessa forma, foi adotado uma estratégia multimetodológica, que articulará dados de natureza quantitativa, capaz de observar o desenvolvimento humano a partir do seu contexto. Assim, há um destaque para métodos e análises que viabilizem a descrição e a compreensão dos sistemas sociais, de maneira contextualizada (Bronfenbrenner, 1996).

Para se investigar com rigor o fenômeno do contexto, houve a inserção das pesquisadoras no ambiente de estudo, denominado por Ceconello e Koller (2004) de “inserção ecológica”. Este construto sugere que, ao entrar no contexto de investigação, a equipe de pesquisa integre-se a esse ambiente, tornando-se o mais próximo possível daqueles que o constituem (Mendes et al., 2008). A participação através das oficinas e palestras, propiciou conhecer a realidade destes e sistematizar as informações relativas aos contextos estudados. O conceito de inserção ecológica, segundo Ceconello e Koller (2004) refere-se à participação dos pesquisadores nos ambientes nos quais vivem ou transitam os pesquisados, com o objetivo de conhecer a realidade destes e sistematizar as informações relativas aos contextos estudados.

Nesse sentido, tomando por base as peculiaridades do contexto das comunidades estudadas, o programa de pesquisa aqui considerado estabeleceu como principal estratégia de pesquisa, a seleção de alguns contextos considerados relevantes para o estudo deste tipo de população. Tais contextos assumiram o caráter de subprojetos por temáticas assim divididas: contexto familiar (relações conjugais, parentais, fraternais); contexto do trabalho rural (relação marido-esposa, filhos-pais), o contexto de relação entre parentes e vizinhos e o contexto da associação comunitária. A compreensão da especificidade de cada contexto e de influência mútua consistiu em uma árdua tarefa, principalmente no que se refere às tomadas de decisões que precisam ser feitas em termos metodológicos.

A inserção, portanto, teve como objetivo avaliar os processos de interação das pessoas com o contexto no qual estão se desenvolvendo, surgindo como uma alternativa àqueles estudos que enfatizam apenas as características dos indivíduos, sem valorizar o contexto. Em função dessas premissas, os passos metodológicos desta pesquisa teve pretensões progressivos, implicando aproximações sucessivas que tornaram possíveis um acesso às informações que realmente correspondam com a realidade da população investigada.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As participantes que compõem o presente estudo fazem parte da Cooperativa de Trabalho Coleta e Recuperação de Resíduos da Vila Maranhão (COOPVILA) e trabalham no reaproveitamento de resíduos sólidos como a sua principal fonte de renda. A maior parte dos resíduos é coletada na área da Vale, sendo o principal a madeira (pallets) seguida pelos resíduos de obras da construção civil. No desenvolvimento das atividades do projeto, os beneficiários começaram a agregar valores aos resíduos coletados, iniciando a produção de carvão, a recuperação de telhas de amianto, a padronização de madeiras próprias para lenha, o que possibilitou um aumento de renda.

A comunidade estudada se caracteriza por formarem uma grande rede de parentesco e rede de relações sociais. Portanto, há sempre algum grau de parentesco, seja próximo, como filhos, irmãos, cônjuges, ou mais distante, como tios, avós, cunhados, sobrinhos etc. Com isso, as pessoas que formam os campos de contatos da pesquisa são compostas, na maioria das vezes, por membros da família mais próximos ou por parentes mais distantes, que, por sua vez, também são vizinhos, amigos e trabalham no grupo da COOPVILA.

As mulheres conseguem articular outros membros da família, como os filhos, e integram-se para a execução das atividades no trabalho com os resíduos de madeiras e fabricação de móveis. Além disso, outras organizações que estão envolvidas no Projeto da COOPVILA dão suporte para a realização dessas atividades, como o fornecimento de auxílio técnico e transporte da produção. Como é demonstrado nos resultados, as participantes relatam que o desenvolvimento do Projeto funciona como fator fundamental para a manutenção de uma visão positiva da realidade e a motivação para aspiração de novas conquistas e a melhoria das condições de vida da comunidade.

Além disso, a atuação das mulheres em vários contexto da comunidade garante a elas maior autonomia e liderança comunitária. Segundo Francinete uma das lideranças

da comunidade, afirma que as mulheres dentro da comunidade atuam em diversos espaços assumindo papéis de grande importância:

Oh aqui os papeis que mais se destaca são das mulheres. No caso a presidenta da associação é mulher né, antes era homem agora já é mulher, a questão da igreja é mais mulher que fica nessa parte, na escola nossas mulheres tem bastante participação. (Francisca, 2018 – COOPVILA)

A participação das mulheres nesses espaços as possibilita a construção de uma extensa rede de relações, que contribuem para que as mulheres obtenham o empoderamento político, as “incentivando” a participarem das decisões que as diz respeitam. Outra rede de apoio social que podemos verificar como um mecanismo importante é a rede familiar, pois é com essa rede que as mulheres de agrovila contam para que possa realizar atividades fora do âmbito doméstico, segundo Carlos Sluki (2003) a função das redes de apoio social poder ser definida como companhia social, apoio emocional, guia cognitivo e conselho, regulação social, ajuda material e de serviços e acesso a novos contatos. Dentre estas, a função de apoio é considerada de grande relevância para o trabalho com as famílias e a comunidade. Sendo assim, rede de apoio social, refere-se às funções que presta essa rede, e o efeito no bem-estar das pessoas. Rede de apoio social, ainda é definida como sendo (...) provisões instrumentais ou expressivas, reais ou percebidas, dadas pela comunidade, redes sociais e amigos íntimos (LÓPEZ-CABANAS, 1997P. 185).

A rede de apoio nesse sentido possibilita que as mulheres muitas vezes ao exercerem atividades remuneradas fora do âmbito doméstico acionem essa rede para realização das atividades domesticas ou até mesmo para ajudar com o cuidado com os filhos Esse aspecto é verificado quando questionamos as mulheres da referida comunidade sobre abrir mão de alguma atividade remunerada, para o cuidado com a casa ou os filhos, as mesmas sempre apontam que contam com o apoio familiar para não abrir mão das atividades.

Não, teve uma época que quase que teve um serviço pra que eu fosse pra outro município que era Bacurituba e Cajapió que são bem distante, então tinha que passar a semana todo. Então nessa época assim logo a principio foi muito difícil porque os meninos estão ainda muito pequeno e ainda bem que tem uma família que sempre assim ta apoiando, mas ainda bem que o apoio da família eu acabei indo. Passava a semana e sexta- feira eu já tava de volta aqui com os meninos (Francisca/ COOPVILA – 2018).

Não assim quando eu tenho oportunidade de trabalho eu vou buscar. Nunca me impediu. (Rose / COOPVILA- 2018).

É a partir dessa rede que muitas vezes as mulheres da comunidade conseguem conseguir sua autonomia econômica, isso porque muitas dessas mulheres acionam as famílias quando necessitam de ajuda com o cuidado dos filhos para exercerem trabalhos remunerados, desse modo podendo “alcançar” sua autonomia econômica.

O trabalho os resíduos de madeiras na fabricação de móveis e de carvão é a renda principal das mulheres, os principais produtos confeccionados são cadeiras, mesas, armários e ornamentos.

Fundada por Dona Aldeci uma das lideranças da comunidade, a cooperativa é de grande importância para a comunidade, pois é através da rede de relações que a associação de mulheres mantém que os projetos entram na comunidade como, por exemplo, a construção do galpão que hoje é utilizado pelas mulheres para realização do trabalho com a madeira. A participação feminina dentro das comunidades é bastante significativa tanto no processo de produção econômica das famílias quanto na participação de decisões políticas dentro da comunidade.

O centro de produção, o poço da comunidade, a pousada e o carrinho da associação agora ajuda, porque às alguém adoece e já dar pra levar. (Aldeci/ COOPVILA).

As mulheres da COOPVILA realizam a confecção dos móveis, para a maior parte das trabalhadoras o trabalho com a reciclagem da madeira constitui o principal rendimento para essas famílias

As mulheres da comunidade também encontram dificuldade na realização do trabalho quando “necessitam” da mão de obra masculina para algumas tarefas, porém quando os mesmo não podem efetuar determinada função, as mesmas costumam se juntar e fazer a tarefa.

As maiores dificuldades é com os home.. Quando eles não querem levar as coisas com a gente a gente vai e faz sozinha. (Lourdes, 2018.)

Isso mostra que apesar das dificuldades encontradas pelas mulheres para a realização do trabalho, as mesmas a partir de uma espécie de colaboração entre elas conseguem realizar as atividades.

As mulheres da COOPVILA possuem forte participação política, participando ativa na cooperativa, esse envolvimento nesse processo de organização e a busca por melhores condições para a comunidade, de certa forma contribui para que as mulheres

se reconhecerem enquanto sujeito político. A rede de apoio contribui para a realização do trabalho na cerâmica e no campo, conseqüentemente o fato das mulheres adquirirem autonomia econômica ajuda na construção do empoderamento reconhecendo sua importância e podendo tomar decisões sobre questões que lhes diz respeito.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A possível procura de outras saídas para os momentos difíceis da vida cotidiana faz com que as mulheres sejam levadas a se deslocar do âmbito doméstico para o público, organizando-se e, inclusive, participando de ações coletivas. Além disso, este estudo pode demonstrar que uma rede de apoio social permite às mulheres a circulação em vários contextos, bem como a interação entre as pessoas de outros microsistemas de modo adaptado e com equilíbrio nas relações de poder e pode contribuir para terem sucesso na execução das atividades por elas executadas. Essas experiências podem implicar em transformações do âmbito doméstico, mas também, criam novas condições para a presença feminina no espaço públicos, estabelecendo, assim, uma nova reintegração entre o público e o privado. Isso pode favorecer os processos de transformações macrosociais.

Apesar da possibilidade da comunidade ter se beneficiado de intervenções institucionais, inclusive, com a difusão de novas tecnologias, verifica-se que as famílias ainda permanecem em um contexto de empobrecimento econômico local. Entretanto, apesar do aspecto de desvalorização do trabalho feminino, constatamos, durante a pesquisa, que o seu posicionamento na estrutura familiar é considerado dinâmico e abrange um aglomerado de sistemas que mantêm relações interdependentes entre si.

No que tange o empoderamento das mulheres foi possível perceber que existe um processo específico e interessante no que tange a constituição do empoderamento das mulheres, tal fato estrutura-se a partir de dois eixos a participação das mulheres na cooperativa, envolvendo-se assim nas decisões da comunidade e a partir da independência financeira dessas mulheres que lhes proporcionam maior poder de decisão no âmbito doméstico.

6. REFERÊNCIAS

BOGDAN, R. & BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos.** Portugal: Porto editora. 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. São Paulo: Difusão Editorial Ltda., 1989.

BRONFENBRENNER, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1979).

CECCONELLO, A. M. & KOLLER S. H. M. (2003). Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, vol.16, n.3.

COSTA, A.A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim/Ufba), 2000.

EYBEN, R. (2013). Dando suporte às trilhas do empoderamento de mulheres: Um breve guia para agências internacionais de desenvolvimento. *Revista Feminismos*. Vol.1, N.2. Maio/ Agosto.

FERREIRA. Maria Mary (Org.) et al ii. **Direitos Iguais para sujeitos de direito: empoderamento de mulheres e combate à violência doméstica**/Maria Mary Ferreira...[et al.]. São Luís: EDUFMA: Fórum Estadual de Mulheres, 2016.

GOHN, M.G. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. Saúde e Sociedade, v. 13, n. 2, p. 20-31, ago. 2004.

MENDES, L. S. A., PONTES, F. A. R., SILVA, S. S. C., BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F., Reis, D. C. & Silva, S. D. B. (2008). Inserção Ecológica no Contexto de uma Comunidade Ribeirinha Amazônica. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 42 (1), 1-10

MIGUEL. L. F. (2014.) **Feminismo e política: uma introdução** / Luís Felipe Miguel, Flávia Biroli. – 1. ed. – São Paulo: *Boitempo*.

LÓPEZ-Cabanas (1997). M. **Apoyo social, redes sociales e grupos de autoayuda**. In López-Cabanas, M. & Chacón, F. (1997). *Intervención Psicosocial y servicios sociales. Un enfoque participativo*. Madrid: Síntesis Psicológica

Saffioti. H. (2015). **Gênero patriarcado violência**. 2ª Edição. São Paulo: *Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo*.

SLUZKI, C. E. . **A rede social na prática sistêmica**. 2ª Ed. São Paulo (SP): casa do Psicólogo. 2003

VELHO, G. **Família e parentesco no Brasil contemporâneo**: individualismo e projetos no universo de camadas médias. *Interseções: revista de estudos interdisciplinares*, ano 3, 2, 2001.